

No Congresso emenda da Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney enviou ontem ao Congresso a mensagem convocando a Assembleia Nacional Constituinte, a se reunir unicameralmente em 31 de janeiro de 1987, instalada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, que dirigirá a eleição do presidente da Assembleia. O projeto de Constituição,

Sarney ressaltou o cumprimento de mais um compromisso assumido pela Aliança Democrática e classificou a convocação da Constituinte como um ato de fé, "porque todos os anseios e temores do futuro repousam, afinal, na confiança que cada cidadão deposita nos sentimentos de seus irmãos de procurarem juntos uma lei fundamental, que a todos proporcione os benefícios necessários à vida digna, vivida em paz e liberdade". O presidente alertou, entretanto, que até a vigência da nova Constituição, "e sob pena de instalar-se o caos normativo, que a ninguém aproveitaria, é necessário respeitar a lei que temos e modificá-la segundo os processos por ela próprios admitidos, para que a vontade de alguns não seja erigida em mandamento supremo de todos".

A mensagem presidencial foi assinada com grande solenidade no Salão Leste do Palácio do Planalto, presentes todos os ministros de Estado, parlamentares, líderes de todos os partidos, com a exceção do PDS, e vários políticos remanescentes da Constituinte de 1946, entre eles o deputado Manoel Novais, de 82 anos, que participou anteriormente das Constituintes de 1933 e 1946. "Será minha terceira Constituinte" — comentava o parlamentar João Agripino, outro companheiro de 46. Houve solenidade também na rampa de acesso ao Palácio, com soldados do Batalhão da Guarda Presidencial em uniforme de gala. Entre os parlamentares, como já se tornou hábito, colocou-se discretamente dona Marly Sarney, esposa do presidente da República.

O presidente Sarney discursou e classificou a reunião para assinatura da mensagem como "um ato de grandeza nacional". A primeira das nossas crises, acrescentou o presidente, "está no desajuste entre a ordem jurídica e a realidade política e social, e não há leis que possam sobrepor-se à vontade dos cidadãos, por mais que se subordinem à sabedoria e à ética". As leis que pretendam, pela força do Estado, disciplinar e elevar a cidadania produzem resultados inteiramente opostos, observou Sarney. Acrescentou que "as virtudes que se decretam mudam-se em vilania e só o terror pode manter de pé tais sistemas insensatos".

"Os nossos problemas são graves demais para que nos permitamos o desfrute do capricho da intolerância, o equívoco do radicalismo e a arrogância da soberba" — frisou o presidente, tendo seu pronunciamento com entusiasmo e gesticulando, às vezes, com as duas mãos para a frente. "Vivemos em tempo de mudança, e os homens, ao transformarem a natureza, transformaram-se também, reclamando novas normas de convívio social" — disse. "Quando há perigo iminente para a sobrevivência dos povos reunidos — num Estado, cabe à inteligência política encontrar, e com decisão, a resposta certa", segundo o presidente José Sarney. Ao concluir, afirmou

nos termos da proposta com apenas três artigos, será promulgado na primeira sessão legislativa da 48ª legislatura, depois de aprovado em dois turnos de discussão e votação. Na mensagem, o presidente manifestou "a mais profunda confiança no discernimento e na votação do povo brasileiro para organizar-se pacificamente em regime de liberdade e justiça".

SOLEINIDADE

O Salão Leste foi especialmente preparado para a solenidade e a tradicional ordem de colocação das autoridades foi invertida. Havia mais espaço para a imprensa, colocada diante do perímetro, para permitir o trabalho das câmeras de televisão. Sarney colocou-se atrás da pequena tribuna com as Armas da República, tendo atrás os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, do Senado, José Fragelli, e do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves. Do lado direito, todos os ministros de Estado, e à esquerda os constituintes de 46, misturados aos parlamentares de todos os partidos presentes. Do PDS, apenas os senadores Odacir Soares e Luiz Viana Filho, que disse ter comparecido na qualidade de constituinte de 46 e por ser o ato da maior importância, "ao qual nenhum político pode deixar de dar seu apoio". Frisou que não é da liderança nem da Executiva Nacional do partido, portanto não se sentia obrigado a seguir a orientação do PDS. Mas o partido sabe, conforme acrescentou, que a Constituinte é um ato muito importante para a vida política, econômica e social, e saberá colaborar para que a nova Carta esteja de acordo com os desejos e as necessidades do País. O ministro Antônio Carlos Magalhães, do PDS, disse que a decisão da direção partidária foi "autoritária, e o País vive fase de democracia", frisando que seu grupo é majoritário dentro do PDS e por isso não segue a orientação oficial.

O chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, fez com voz pausada a leitura da mensagem presidencial ao Congresso. Os constituintes de 46 pouco a pouco se juntavam para trocar impressões, alguns não se recordando mais dos outros, como João Amazonas e Antenor Borges (ex-UDN-MA). Após o discurso, o presidente Sarney cumprimentou todos os parlamentares presentes, recebendo envelopes do senador Roberto Saturnino e do deputado Djalma Bom, com as primeiras sugestões do PDT e do PT sobre os trabalhos da Constituinte. Sarney passou os envelopes para o ajudante-de-ordens e depois foi conversar com os ministros, demorando-se vários minutos em conversa amena, demonstrando descontração. Foram servidos refrigerantes e biscoitos salgados, e os constituintes de 46 lembravam que na época não houve uma Comissão Preparatória da Constituinte, como acontecerá agora. O ministro Fernando Lyra, da Justiça, informou que a Comissão da Constituinte deverá ser criada na próxima semana, apesar de estar prevista desde o início do governo.



No discurso, Sarney alerta que, até a vigência da nova Constituição, é preciso respeitar a lei existente

"Ninguém é mais criador que o povo"

A íntegra do discurso do presidente José Sarney é a seguinte:

"Senhores, As nações, como os homens que as constituem, são imperfeitas construções da História. Não há povos — nem homens — servidos apenas de virtudes, nem aqueles submissos inteiramente aos pecados.

Mas ao mesmo tempo as nações, como os homens, carregam em si, com suas imperfeições, a busca do ideal e da perfeição, procurando recuperar os caminhos que tinham sido perdidos nas tardes da aventura e nas noites do medo. E, pois, sinal do homem, assim como das nações, a ânsia da perfeição.

Reunimo-nos hoje para um ato de grandeza nacional. Vamos, com a consciência da importância deste gesto, pedir ao povo que, através dos delegados que vier a escolher, reordene a vida institucional do País. Cumprindo o mais grave dos compromissos que, em aliança democrática, assumimos com a Nação, estamos encaminhando ao Legislativo proposta de emenda constitucional que dê aos seus representantes, a serem eleitos em novembro do ano próximo, poderes para elaborar e promulgar a nova lei fundamental e suprema do País.

A primeira das nossas crises está no desajuste entre a ordem jurídica e a realidade política e social. Não há leis que possam sobrepor-se à vontade dos

cidadãos, por mais que se subordinem à sabedoria e à ética. As leis que pretendam, pela força do Estado, disciplinar e elevar a cidadania produzem resultados inteiramente opostos. As virtudes que se decretam mudam-se em vilania e só o terror pode manter de pé tais sistemas insensatos.

Por outro lado, não há instituições que durem mais do que as circunstâncias que as tenham estabelecido. Vivemos em tempos de mudanças, e os homens, ao transformarem a natureza, transformam-se também, reclamando novas normas de convívio social.

Encontram-se, na História de todas as nações, respostas institucionais a desafios inesperados. Quando há perigo iminente para a sobrevivência dos povos reunidos em Estados, cabe à inteligência política encontrar, e com decisão, a resposta certa. Recordo-me, entre outros exemplos, da coragem de Roosevelt com o New Deal, naqueles assustadores anos 30. Não fora a ousadia do grande líder em adotar, na emergência, medidas que rompiam amarras, e talvez outros tivessem sido, uma década mais tarde, a sorte da guerra e o destino do mundo.

Senhores: A proposta que enviamos ao Congresso Nacional corresponde às circunstâncias da atualidade política. Não há normas que determinem o modo de convocar-se Poder Constituinte; para

os que a promulgam, a Constituição será sempre documento com intenção de permanência.

A Constituinte será — graças ao bom senso político de toda a Nação — um marco seguro no caminho da conciliação.

Assim, depois de haver consultado as forças políticas que compõem a nossa coalizão de governo e de ouvir eminentes constitucionalistas, optei pelo rito de propor ao Congresso a presente emenda constitucional.

Tenho, nestes meses, procurado governar com a visão maior do que representa o País o Congresso Nacional. Estou convencido de que todos nós, nesta hora difícil, saberemos assumir as nossas responsabilidades para com a Pátria. Os nossos problemas são graves demais para que nos permitamos o desfrute do capricho da intolerância, o equívoco do radicalismo e a arrogância da soberba. Não podemos, os homens públicos, ter hoje outro orgulho que não seja o de pertencermos a um povo que tem sabido sofrer sem desespero e que, mais uma vez, dá às elites do País lições de patriotismo.

A convocação, agora, do Poder Constituinte para as eleições de 1986 irá facilitar e estimular o debate político em torno do Estado. É uma circunstância que favorece a Nação. Não iremos votar uma Constituição às pressas, com um Poder Constituinte escolhido

no acodamento. Vamos começar aliás, já começamos — a votá-la, na realidade, nos debates que ocorrem de Norte a Sul do País.

Ninguém é mais criador que o povo. O debate amplo haverá de conferir, como desejava Tancredo Neves, representação mais autêntica aos delegados constituintes. Haverá tempo para que os eleitores lhes conheçam as idéias e programas e deles alcancem o compromisso de criar um documento que atenda às reivindicações nacionais.

Senhores: Quero encerrar com um agradecimento ao povo brasileiro. Disse a Nação, em um dos momentos mais fortes destas jornadas carregadas de crises, que eu procuraria ser maior do que sou; para responder a uma responsabilidade histórica. Não perderei nunca o senso grave de meu dever, e o apoio de nossa gente serve à minha modestia como coragem e a energia que a Nação espera e exige de seu presidente.

A todos quero dizer que as dificuldades não serão maiores do que a minha determinação, e que, com a lucidez de nossos homens públicos e a sabedoria da Nação, levaremos este País ao seu grande destino democrático.

Agradeço aos presidentes da Câmara e do Senado, aos líderes dos partidos, aos congressistas e a todas as autoridades presentes o prestígio que emprestam a esta solenidade. Muito obrigado."

Projeto e mensagem

É o seguinte o texto do projeto e da mensagem de convocação da Constituinte:

"Proposta de emenda à Constituição. Convoca a Assembleia Nacional Constituinte. Mensagem n.º 330.

Excelentíssimos senhores membros do Congresso Nacional: É com a mais profunda confiança no discernimento e na vocação do povo brasileiro para organizar-se pacificamente em regime de liberdade e justiça que proponho a Vossas Excelências a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Compromisso histórico firmado no curso do movimento cívico que congregou brasileiros de todas as condições, com o propósito de democratizar a sociedade e o Estado, é a convocação da Assembleia Nacional Constituinte ato de coragem e de fé.

De coragem, porque pressupõe, por parte de cada indivíduo que constitui a comunidade nacional, a disposição de submeter ao escrutínio da Nação direitos e situações, quantas vezes duramente conquistados, para vê-los disciplinados por novas regras, de conteúdo e alcance não conhecidos, que se espera mais justas, equânimes e conformes ao ciclo histórico que reponta no presente e se projeta em um futuro de extensão desconhecida.

Ato de fé é a convocação da Constituinte, porque todos os anseios e temores do futuro repousam, afinal, na confiança que cada cidadão deposita nos sentimentos de seus irmãos, de procurarem, juntos, uma lei fundamental que a todos proporcione os bens necessários à vida digna, vivida em paz e liberdade.

O compromisso, antes aludido, de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, de par com os traços de generosa confiança e incógnita esperança que o exornam, singulariza-se pelo fato de estar em plena vigência uma ordem jurídica e suas instituições políticas e cívicas, cujo império se estendera até o momento em que foi promulgada a nova Constituição. Até lá, e sob pena de instalar-se o caos normativo, que a ninguém aproveitaria, é necessário respeitar a lei que temos e modificá-la segundo os processos por ela próprios admitidos, para que a vontade de alguns não seja erigida em mandamento supremo de todos.

Da inelutável necessidade em manter e operar as instituições governativas vigentes, harmonizando-as à imperiosa aspiração de instaurar ou-

tras mais livres e justas, resulta o texto que ora submeto à deliberação dos senhores membros do Poder Legislativo do País.

Por isso, nele se prevê a investidura de Poder Constituinte pleno nos deputados federais e senadores escolhidos pelo sufrágio do povo brasileiro.

Evitando tutelar o órgão de tão alta atribuição, a proposta de emenda limita-se a prover quanto à direção das sessões de instalação e eleição do presidente da Assembleia Nacional Constituinte e a indicar que ela funcione na sede do Congresso Nacional, como corpo único, sem a divisão própria do sistema bicameral. Este, contudo, subsistirá nos trabalhos da legislatura, enquanto Poder constituinte e segundo as normas constitucionais em vigor.

E, finalmente, fixa a duração da 1ª sessão legislativa, da 48ª legislatura, para a promulgação da nova Constituição, e o quórum da maioria absoluta, que determinará a adoção do projeto e das emendas respectivas.

Cumpri o dever assumido com a Nação pela Aliança Democrática. A Assembleia Nacional Constituinte, realizada, sem dúvida, o grande e novo pacto nacional, que fará o País reencontrar-se com a plenitude de suas instituições democráticas.

Espero que, de agora, a sociedade se mobilize para criar a mística da Constituição, que é o caminho do Estado de Direito.

Palácio do Planalto, em Brasília, aos 28 de junho de 1985."

A Emenda

"Proposta de emenda à Constituição. Convoca a Assembleia Nacional Constituinte.

Art. 1 — Os membros da Câmara dos deputados e do Senado Federal, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 31 de janeiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

Art. 2 — O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembleia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu presidente.

Art. 3 — O projeto de Constituição será promulgado no curso da primeira sessão legislativa da 48ª legislatura, depois de aprovado, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte."

O PDS não vai, mas apóia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O fato de o PDS não ter aceito o convite para comparecer à cerimônia realizada no Palácio do Planalto não significa que tenha tomado posição contrária à convocação da Assembleia Nacional Constituinte. O PDS dará todo apoio à discussão, tramitação e votação da matéria no Congresso Nacional.

Esses esclarecimentos foram prestados ontem de manhã, na sessão da Câmara dos Deputados, pelo líder do PDS, Prisco Viana, poucos minutos antes da realização da cerimônia. O pedessista lembrou que seu partido fora inicialmente contrário à ideia da convocação de uma Constituinte,

mas reconheceu que ela se impôs como fato político. "Hoje — disse — o PDS entende que a nova ordem democrática estabelecida no País exige a mudança da atual Constituição, pois esta representa uma época da vida nacional que felizmente já ultrapassamos."

Prisco Viana concluiu assinalando que o fato de o partido ter decidido não ir ao Palácio do Planalto não representou, assim, uma posição contrária à proposta de emenda, nem um ato de descortesia com o presidente da República. Depois, a jornalista declarou que o PDS apenas não quis participar "da festa do governo", mas estará pronto para contribuir com seus votos para a convocação da Constituinte.

Fragelli espera que a Carta seja duradoura

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Senado, José Fragelli, disse ontem, ao receber a mensagem da Constituinte das mãos do ministro José Hugo, esperar que a nova Constituição seja um documento político e social justo e duradouro, que não venha a sofrer os problemas de outras Constituições que foram alteradas em momentos difíceis para o País.

Em solenidade realizada no gabinete do presidente do Senado, com a presença de líderes e parlamentares de todos os partidos à exceção do PDS, o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República destacou que aquele era um momento histórico e lembrou a importância que Tancredo Neves atribuiu à reconstitucionalização do País em bases democráticas. Lembrou, ainda, que a competência do Congresso e a visão política dos parlamentares da Aliança Democrática são a melhor garantia de que esta expectativa se converterá em realidade.

O projeto não fala em Federação e República

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Três alterações foram feitas pelo Palácio do Planalto, ao projeto do governo que convoca a Assembleia Nacional Constituinte, a partir de sugestões da Comissão Executiva Nacional do PMDB ao presidente José Sarney. Na mensagem enviada ao Congresso, a data de instalação da Constituinte passa a ser 31 de janeiro de 1987. Na proposta original divulgada pelo Ministério da Justiça, a instalação seria no dia 1º de fevereiro, mas o governo resolveu antecipá-la para que não coincida com a posse dos deputados e dos senadores e a eleição das Mesas diretoras das duas Casas, em 1º de fevereiro.

Quando a primeira proposta tinha quatro artigos, a que foi enviada ao Congresso tem apenas três. Por sugestão do secretário-geral do PMDB, Roberto Cardoso Alves, o governo suprimiu um artigo que autorizava expressamente a Constituinte a abolir a Federação e a República, cuja redação era a seguinte: "A Assembleia Nacional Constituinte não se aplica às limitações do artigo 47, parágrafo 1º, da Constituição Federal".

Finalmente, foi suprimida a expressão "com suprema autoridade" que figurava no artigo 3º da proposta original (que é agora o artigo 2º na proposta definitiva), relativo à insta-

José Hugo disse, também, que o Congresso por certo introduziria aperfeiçoamentos no anteprojeto que lhe será enviado e lembrou que esta liberdade de ação dos poderes constituídos é altamente positiva."

O senador José Fragelli informou que a leitura da mensagem presidencial deverá ser feita na primeira quinzena de agosto. Destacou que se houver um acordo de lideranças para que a mensagem tenha precedência dentre as demais do Executivo que aguardam o início de tramitação, ela será lida imediatamente, mas disse que, a seu ver, a pressão não se justificaria, pois, o que importa neste momento é a qualidade do trabalho a ser feito e não a sua velocidade.

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, ponderou que deveria haver um colegiado para dirigir a Constituinte, na feitura de seu regimento, não se limitando esta direção ao presidente do Supremo Tribunal Federal, e previu que o tema poderia gerar acentuadas controvérsias.

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, ponderou que deveria haver um colegiado para dirigir a Constituinte, na feitura de seu regimento, não se limitando esta direção ao presidente do Supremo Tribunal Federal, e previu que o tema poderia gerar acentuadas controvérsias.

REACÇÕES Foram distintas as reações de Ulysses Guimarães e de Pimenta da Veiga às mudanças no texto da proposta de emenda constitucional de convocação da Assembleia Constituinte. O presidente do PMDB e da Câmara elogiou as alterações, principalmente a supressão do artigo que permitia à Constituinte abolir a Federação e a República — por ele sugerida. Já o líder do governo Pimenta da Veiga achou essa alteração desnecessária, ironizando que "agora vai ser difícil restaurar a monarquia". E também discordou de mudança que suprimiu do texto oficial as palavras "com suprema autoridade".

Segundo Pimenta da Veiga, o PMDB e o PFL poderiam ficar com os dois cargos principais da comissão que será criada em agosto para examinar a proposta da convocação da Constituinte. "A função de relator será, certamente, de um parlamentar do PMDB" — ressaltou. Para o líder governista, o PDS "perdeu o trem da História" por não comparecer à solenidade de assinatura da emenda, talvez também não tenha interesse em participar da comissão mista.

Gusmão prevê maior garantia à liberdade

O ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, destacou a importância da Constituinte para a reorganização da sociedade civil em bases democráticas e de acordo com a evolução social, política e econômica. Defendeu a participação de todos os partidos e outros setores da sociedade nos debates, frisando que o novo texto constitucional deverá levar em consideração as garantias da liberdade individual, organização sindical e do empresariado, ordem econômica e social "para uma sociedade moderna, democrática e aberta".

Gusmão observou que a futura Constituição deverá ser liberal e garantidora das liberdades individuais, e não transformando a sociedade brasileira numa sociedade de massas. O ministro da Justiça, Fernando Lyra, condenou as teses do PT e do PDT para antecipação da Constituinte e das eleições diretas para a Presidência, mas frisou que cada partido pode defender suas idéias. Para Lyra, a alternativa adotada por Sarney é a mais compatível com a realidade e com o processo político brasileiro. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, não quis fazer comentários sobre a Constituinte, ressaltando sua condição de magistrado, "que não deve opinar sobre temas políticos".

Os constituintes de 46 formaram um grupo bastante procurado pelos atuais parlamentares. Entre os que ainda têm mandato, o deputado João Agripino lembrou que a Constituição de 46 pecou pelo excesso de liberalidade, transformando-se com o tempo quase uma repulsa do Legislativo contra o Executivo ditatorial dos anos precedentes. Os parlamentares dificultavam a aprovação

de projetos, sobrepujando interesses políticos aos administrativos e acabaram provocando novo conflito entre os poderes. O ministro Aloísio Alves também considerou a Constituinte de 46 muito liberal, "o que era compreensível, pois objetivava acabar com o estado autoritário de Getúlio Vargas". O fato acabou, no entanto, permitindo a "arregimentação de novas forças contra a democracia — acentuou — e o resultado é que elas voltariam a pressionar através dos militares, em 64. Espero que a Constituinte de 86 seja um documento objetivo e os casos marginais sejam regulamentados por leis complementares, para evitar o que aconteceu anteriormente" — disse o ministro, que tinha 22 anos em 46, quando foi eleito para a Constituinte.

Os ex-deputados Epilogo de Campos, Martins Filho e o deputado Benjamin Farah concordaram também sobre o excesso de liberalidade da Constituição de 46, lembrando ter correspondido aos interesses da época em contraposição com a ditadura anterior e com as correntes políticas liberais que se espalhavam pelo mundo depois da Segunda Guerra. A futura Constituição, segundo Farah, teria na de 46 um bom exemplo a ser seguido, cuidando-se de sua adequação aos tempos modernos. Para João Amazonas, do PC do B, a Constituinte de agora é um avanço em relação à de 46 porque funcionará como Congresso e Constituinte ao mesmo tempo. Benjamin Farah mostrava a seus companheiros de 46 um diário do Congresso, em formato reduzido, com o nome de todos os constituintes e o período de funcionamento: de 1º de fevereiro a 28 de setembro de 1946.

A solução é sempre mais fácil para o lavrador bem informado

AGRICOLA

PROFESSORES

TODA QUARTA-FEIRA
O ESTADO DE S. PAULO